QUEM TEM HISTÓRIAS PARA CONTAR?

WHO HAS STORIES TO TELL?

Márcia Pereira dos Santos

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

O pequeno livro de Luis Fernando Cerri[1] não nos engana: faz um enfrentamento que poucos tem feito nos últimos anos: tomar um conceito e questioná-lo à luz de suas implicações nos modos de ensinar e aprender história na escola. Partindo de uma percepção de que os usos sociais do passado impõem-se sobre os modos de tomá-lo como objeto de ensino-aprendizagem, o autor, trançando um diálogo amplo com outros pensadores como Raimond Aron, Jörn Rüsen, Agnes Heller, Juger Habermas e, muito sensivelmente, com Paulo Feire, nos convida a uma reflexão sobre o que seja a consciência histórica, ao mesmo tempo em que nos conduz a refletirmos sobre o que seria a nossa consciência histórica.

A obra está dividida em três capítulos e segue o seguinte raciocínio: desnudar o conceito de consciência histórica, colocá-lo em debate e, por fim, pensá-lo à luz da experiência do ensino escolar da história. Assim, no primeiro capítulo intitulado "O que é consciências histórica", o autor divide a discussão em três itens: "Consciência histórica, fenômeno humano"; "Capturando a consciência histórica" e "Didática da história, uma disciplina de investigação do uso social da história". De modo geral, o capítulo questiona o conceito de consciência histórica a partir da historio-

[1] O autor é Professor Associado de Prática de Ensino no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É bacharel e licenciado em História, mestre e doutor em Educação pela UNICAMP. É líder do Grupo de Pesquisa em Didática da História (GEDHI), da UEPG. É tutor no Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação, do grupo PET História UEPG. Atua especialmente nas discussões sobre ensino de história e formação de professores. Tem vários artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e organizou, entre outros, o livro O Ensino de História e a Ditadura Militar, pela editora 4 Ventos de Curitiba, em 2003.

grafia e da filosofia da história, postulando que é preciso relacionar uma percepção da história como tempo significado e, em decorrência, da consciência histórica não como algo que se conquista ou se ganha, mas como "aquisição cultural elementar e geral na qual os sujeitos fazem suas sínteses entre objetivo e subjetivo, empírico e normativo". (CERRI, 2011, p. 48)

No segundo capítulo "Consciência Histórica?" o autor divide a discussão em dois itens: "Pensar Historicamente" e "A consciência histórica é histórica... e múltipla". O autor argumenta nesse capítulo, baseando-se, principalmente em autores como Agnes Heller e Jörn Rüsen, que por ser dinâmica a consciência histórica não está dada, mas é construída, elaborada à medida que os sujeitos experimentam a vida e meditam sobre ela. Já no terceiro capítulo, "Consequências para a prática do profissional de História", dividido em dois itens: Ensinar História para quê, afinal" e "Consciência histórica e o problema dos conteúdos", Cerri problematiza o ensino de história e seu papel político e de formador de identidade e, também, de formador de cidadania. O autor encerra seu livro fazendo um apelo aos professores de história para que se reconheçam como intelectuais que pensam o homem no tempo e que, por isso mesmo, possuem relevante papel na narração da história e nas implicações dessa na vida das pessoas.

O livro como um todo pode ser interpretado como um debate amplo sobre o conceito de consciência histórica, suas formulações e defensores, seus tipos e aplicações, suas controvérsias e seu impacto sobre quem ensina e quem aprende história. O autor vai desvelando o conceito, muitas vezes tomado como falso problema por pesquisadores e professores de história. O desinteresse pelo conceito se dá justamente por sua historicidade e pelos usos, e porque não abusos, que o mesmo sofreu ao ser proposto como resultado a ser alcançado pelo ensino de história e não como parte de um processo que envolve as múltiplas histórias de quem enfrenta a história como disciplina na sala de aula.

Partindo desse viés, de compreensão da consciência histórica, o autor postula que todo sujeito é portador de histórias e, portanto, independentemente do ensino formal de história, possui consciência histórica pois é ciente de seu lugar no tempo presente, se relacionando com o seu passado. Daí que a consciência histórica não pode ser ensinada, mas sim mobilizada

de acordo com o objetivo que se estabelece para o ensino de história que se quer efetivar. Nesse caso, uma consciência histórica crítica ou conservadora não se imporia sobre os sujeitos, mas seria elaborada na articulação da vivência do mesmo com o tipo de provocação que o ensino de história fosse capaz de realizar. Para Cerri,

> O ensino escolar de história, portanto, não é dar algo a quem não tem, não é dar saber ao ignorante, mas é gerenciar o fenômeno pelo qual saberes históricos são colocados em relação, ampliados, escolhidos, modificados. Nada poder ser mais prejudicial para isso do que uma tábua inflexível de conteúdos selecionados previamente e fora da relação educativa. (2011, p. 69)

Assim, mais que o conteúdo, importa relacionar a história ensinada à história vivida, pois todos, de uma forma ou de outra, sabem contar suas histórias, sabem relacionar seu presente a seu passado, ainda que não dentro do padrão formal acadêmico, mas sim do seu sentido de mundo, da sua cultura, do seu ponto de vista particular. E isso envolve, ainda, pensar como a relação da formação contínua de uma consciência histórica, cada vez mais ciente de si, se dá diante da atuação do professor de história, cujo objetivo maior não deve ser aplicar conteúdos, mas sim, como sugere Cerri: "[…] formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas de que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas". (2011, p. 81-82). Ou seja, todos tem histórias para contar, pois experimentam o mundo e dessa experimentação podem partir para refletir sobre o passado, o presente, e quiçá, o futuro.

Com isso Cerri problematiza a condição histórica do conceito de consciência histórica e, refletindo com Agnes Heller e Rüsen nas suas interpretações sobre o que é consciência histórica, suas fases e tempos, o autor vai alargando o conceito e permitindo ao leitor situar-se em relação ao significado de pensar historicamente sua vivência individual e coletiva. Para Heller, segundo Cerri, os seis estágios da consciência histórica expressariam não uma evolução, mas sim um processo no qual algumas linhas de força são perceptíveis ao logo do tempo humano, assim, nos diz o autor:

> Do primeiro ao sexto estágio da consciência histórica, o que ocorre é uma dilatação do tempo que a sociedade é capaz de conceber, primeiro pelas narrativas religiosas, depois pela reaproximação com a natureza (ainda que como objeto) através das ciências: a arqueologia, a paleontologia,a geologia, que estendem o tempo concebido para a casa dos milhões de anos. Por fim a astronomia distenderá o tempo para a casa dos bilhões de anos, tempo da formação dos planetas e do universo em si. (2011, p. 97).

No entanto, para Cerri, isso é apenas uma maneira de perceber como os seres humanos vem tecendo suas consciências históricas e criando por sobre elas novas formas de se situar no tempo. Essa condição colocada à luz do pensamento de Rüsen, não cria uma oposição, mas um jeito diverso de perceber a multiplicidade e historicidade da consciências histórica. E, de acordo com Rüsen, Cerri percebe que "É na narrativa que essas formas se expressam, pois podem ser descritas como padrões de formatação da narrativa da significação histórica; são diferentes modos da operação mental pela qual a consciência histórica toma forma". (2011, p. 99). Melhor dizendo, é narrando que se vai operando sentidos para o passado e para o mundo, num processo que se dividiria em 4 modos de geração de sentido histórico: o modo de sentido tradicional; o modo de sentido exemplar; o modo crítico; e, por fim, o modo genético. Isso, alerta Cerri, não pode ser tomado como etapas evolutivas, mas sim como uma proposta de Rüsen de se pensar como os sujeitos dão sentido ao mundo em que vivem.

Dessa forma, a experiência vivida não pode ser deixada de lado quando se tem o objetivo de se ensinar a história. E os processos de formação de identidade, especialmente no mundo moderno, vão ganhando relevância no ensino já que estão relacionados aos sentidos de mundo que os sujeitos possuem e que, ao longo do tempo, vão se transformando de acordo com o que experimentam historicamente. Também para Rüsen, ainda segundo Cerri, é na narrativa que o sujeito vai expressando e, mesmo, formatando sua consciência histórica vez que é através dela que vai deixando entrever seu modo de ver e dar sentido ao mundo. Daí, seria, para Rüsen, o objetivo do ensino de história a elaboração de uma competência narrativa que por sua vez, implicaria em outras competências: competência da experiência; competência de interpretação;

e, por fim, uma competência de orientação. Tais competências, que, acompanhando Cerri, podemos dizer aprendizagens, dariam ao sujeito condição de pensar-se como sujeito histórico e em decorrência, pensar a história como processo, processo este que exige que se aprenda a olhar o passado, a conhecer as experiências, a interpretá-las, a saber relacioná-las a outras experiências e, ainda, a usar tais saberes na vida prática, ética e moral. Com isso Cerri conclui que

> O objetivo da educação histórica não é formar a consciência histórica no sentido de pressupor que ela não existe no educando, para poder criá-la. Também não é fazer com que todos "cheguem" ao "nível" da "consciência histórica genética" por que as pessoas não são ou estão em um dos tipos de geração de sentido histórico. (2011, p. 128).

Falamos, é preciso deixar claro, do pronto de vista de uma professora de história que forma outros professores de história, ou seja, nossos argumentos de discussão do livro de Cerri, já de início, partem da nossa própria experimentação do que é ensinar e aprender história. Isso tem implicações, pois o livro nos alerta, desde sua introdução, dos perigos e desafios que o conceito de consciência histórica tem, especialmente, quando se lida com o mesmo como algo a ser adquirido através do ensino, como se as pessoas, os sujeitos envolvidos no processo educativo, estivessem vazios e, de repente, o ensino de história os encheria com uma consciência histórica que os habilitaria para o exercício da reflexão histórica e, consequentemente, ao exercício de compreensão do passado. Se todos tem histórias para contar, como é que o professor lidaria com a ideia da falta de consciência histórica por parte de seus alunos?

O argumento de Cerri é firme: todos os sujeitos possuem uma consciência histórica, pois estão historicamente inseridos no mundo e, logo, possuem também suas histórias. O que muitas vezes se oculta é como esses sujeitos refletem sobre essa consciência e de que modo a mesma pode intervir na sua vida como um todo e, de forma mais emblemática, no seu processo de ensino-aprendizagem de história. Notadamente o livro nos ensina que é preciso refletir historicamente também sobre como ensinamos história, tendo como pano de fundo as formas com que experimentamos a história e, mesmo, como a aprendemos na escola. Nesse caso o papel do professor de história seria quase que

o papel de um catalisador, pois colocaria em relação consciências diversas, tomando sua prática também como um uso social do passado que terá consequências não apenas no que seus alunos concebem como sendo a história, mas principalmente, na maneira de seus alunos se verem ou não como sujeitos da história.

O livro de Cerri, torna-se, assim, leitura obrigatória para graduandos e professores de história, já que coloca em questão o sentido da história vivida em relação ao sentido da história ensinada e sua relação com a formação de uma consciência histórica. Quem tem histórias para contar pode sim ser um bom aprendiz de história e, talvez, um ótimo professor de história.

Resenha recebida em Janeiro de 2012 e aceita para publicação em Março de 2012.